

Décima Reunião
5-6 de novembro de 1998
Montevideu – Uruguai

ALADI/CM/X/Primeira Sessão
Plenária
5 de novembro de 1998

ORDEM DO DIA

1. Eleição de autoridades.
 2. Abertura da reunião.
 3. Aprovação da agenda.
 4. Ordem de votação.
 5. Relatório do Presidente do Comitê de Representantes.
 6. Relatório do Secretário-Geral.
-

Preside:

DIDIER OPERTTI

Assistem: Guido Di Tella, Carlos Onis Vigil, Guillermo Campbell, Alberto Chiaradia, Rodolfo Rodríguez, María Teresa Freddolino, Gustavo A. Moreno, Noemí Gómez, Flaviano G. Forte, Marcelo Cañelas, Elizabeth Wimpfheimer, Jorge Biglione, Gustavo Vivacqua, Alberto Emaldi, Julia Adriana Pan e Ruben Ruffi (Argentina), Javier Murillo de la Rocha, Ana María Solares Gaité, Mario Lea Plaza Torri, María Elena García de Baccino, Javier Jiménez e Windsor Hernani (Bolívia), Luis Felipe Palmeira Lampreia, José Botafogo Gonçalves, José Artur Denot Medeiros, Hildebrando Tadeu Nascimento Valadares, Ruy Carlos Pereira, Flávio Marega, Victor Luiz do Prado, Eduardo Paes Sabóia e Paulo Roberto Ribeiro Guimarães (Brasil), Jorge Leiva, Augusto Bermúdez Arancibia, Juan Gabriel Valdés, Flavio Tarsetti Quezada, Lilia Rodríguez Pizarro, Alejandro Marisio, Alberto Rodríguez Aspillaga e María Antonieta Jara (Chile), Guillermo Fernández De Soto, Marta Lucía Ramírez de Rincón, Manuel José Cárdenas, Angela María Orozco, Juan Pablo Rodríguez, María Eugenia Mesa, Enrique Pinzón Álvarez, Fabio Emel Pedraza e Luis Felipe de Castro (Colômbia), Mentor Villagómez, Héctor Plaza, José Luis Icaza, José Piedrahita, Ruben Herdoiza, Julio Prado Espinosa, Carlos Palacios e Carlos Santos Repetto (Equador), Rosario Green Macías, Eduardo J. Solís Sánchez, Rogelio Granguillhome, José Rafael Cervantes Villarreal, José Luis Solís González, Julio Lampell Adler, Arturo Juárez Juárez e Alberto Rodríguez Bolaños (México), Miguel Angel Britos, Efraín Darío Centurión, Brígido Lezcano, Carlos Galeano Perrone, Luis Copari e Isidro Valiente (Paraguai), Julio Balbuena López-Alfaro, Diego Calmet Mujica, Eduardo Brandes Salazar, Javier Paulinich Velarde, Eduardo Chávarri García, Agustín De Madalengoitía Gutiérrez, Elva Rodríguez Pastor e Elizabeth González de Fábrega (Peru), Didier Operti, Adolfo Castells Mendívil, Elbio Roselli, Graziela Bonfiglio, Carlos A. Zeballos, Carlos Amorin, Roberto Muinel, Eduardo Casabó, Elizabeth Moretti e Alvaro Gallardo (Uruguai), Miguel Angel Burelli Rivas, Héctor Maldonado Lira, Norma Pino, Juan Enrique Moreno Gómez, Gerardo Arellano, Ruben Pacheco Hernández e Yaritza C. Barbosa (Venezuela), Manuel Aguilera de la Paz e Diana Cantón Otaño (Cuba), David Ruano Lemus (Guatemala), Luis Ramón Ortiz Ramírez (Honduras), Alberto Boniver (Itália), Tang Min Gxin (China), Radu Vasile Urzica (Romênia), Boris Golovin (Rússia), Urs Stemmler (Suíça), William Large (BID), Carlos Zannier (CAF), Ruben Kaztman (CEPAL), Arnaldo Chibbaro (IICA) e Roberto Casañas (OEA).

Secretário-Geral: Antonio J.C. Antunes.

Secretários-Gerais Adjuntos: Juan Francisco Rojas e Isaac Maidana Quisbert.

PRESIDENTE. Está aberta a sessão.

Os senhores participantes, os Senhores Ministros, os Senhores Secretários de Estado e os Senhores Representantes já receberam a agenda desta reunião. É um documento que faz parte de suas respectivas pastas. Conforme esta agenda, devemos dedicar-nos a considerar uma série de pontos. O primeiro deles é a eleição de autoridades para esta Décima Reunião do Conselho de Ministros. Em primeiro lugar, deveríamos manifestar que esta é uma agenda provisória, de caráter puramente preliminar. Portanto, ofereço a palavra a fim de que os senhores acrescentem, se consideram necessário, qualquer observação ou, caso contrário, aprovem a agenda.

Se não houver comentários, consideraríamos aprovada esta agenda.

1. Eleição de autoridades.

Solicita a palavra a Colômbia.

Tem a palavra o Senhor Chanceler da Colômbia.

Delegação da COLÔMBIA (Guillermo Fernández De Soto). Obrigado, Senhor Presidente.

Em primeiro lugar, desejo agradecer as boas-vindas de Vossa Excelência a todas as Delegações, propor formalmente o Chanceler do Uruguai como Presidente deste Conselho de Ministros da ALADI e como Vice-Presidentes o Chanceler do México e o Chanceler da Bolívia. Consideramos que, desta maneira, fica representada na Mesa deste Conselho a importância dos países dentro da ALADI. Essa é a proposta da Delegação da Colômbia, Senhor Chanceler.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Chanceler da Colômbia.

Faço um pequeno esclarecimento antes de submeter este assunto à consideração dos senhores. Quando me referia à agenda me estava referindo à agenda desta sessão, sem prejuízo da agenda da próxima reunião. Isso era o que tínhamos decidido com o Senhor Secretário-Geral.

Submeto a consideração a proposta do Senhor Chanceler da Colômbia e espero os comentários dos senhores.

Alguma Delegação deseja fazer uso da palavra?

Tem a palavra o Senhor Chanceler da Venezuela.

Delegação da VENEZUELA (Miguel Angel Burelli Rivas). Obrigado, Senhor Presidente.

Para apoiar plenamente a proposta da Colômbia.

PRESIDENTE. Neste caso sou parte interessada e, por conseguinte, não posso pedir que se faça por aclamação. De qualquer maneira se não há oposição, em um termo menos rotundo e sentindo um pouco falta do "machete" que nas Nações Unidas permite, às vezes, fazer alguns sinais indicativos, desejo manifestar-lhes que consideraríamos, então, aprovada esta proposta de formação da Mesa. Agradeço a distinção e, naturalmente, creio que também interpreto o sentimento dos Chanceleres amigos que nos ajudarão nas Vice-Presidências.

Tem a palavra a Delegação da Bolívia.

Delegação da BOLÍVIA (Ana María Solares Gaité). Obrigada, Senhor Presidente.

Em primeiro lugar, para paralizá-lo pela merecida designação e para informar aos Senhores Chanceleres que o Chanceler da Bolívia estará em sala em poucos minutos e agradecer, também, pela designação de que foi objeto.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Representante.

Alguém mais deseja fazer uso da palavra?

Tem a palavra a Senhora Rosario Green, nossa querida Chanceler do México.

Delegação do MÉXICO (Rosario Green Macías). Obrigada, Senhor Presidente. Antes de mais nada, desejo parabenizá-lo por esta merecida designação. O senhor já é Presidente de todos os organismos de que se pode ser: das Nações Unidas ...

Hilaridade.

... por conseguinte, sinto muito prazer e também desejo agradecer à Colômbia e à Venezuela seu apoio para que o México, na pessoa de seu Chanceler, exerça esta Vice-Presidência. Muito obrigada.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Declaro que não tenho essa vocação expansionista que me é atribuída, sem deixar de reconhecer que tem uma certa razão.

Hilaridade.

Temos já formada a Mesa. Agradecemos à Senhora Representante da Bolívia a informação de que o Senhor Chanceler está chegando e será um prazer também que se integre a nosso trabalho.

Passaríamos então à aprovação da agenda substantiva da reunião e não à desta sessão, à qual tinha feito referência inicialmente.

2. Aprovação da agenda.

Cabe manifestar que esta agenda –como expressamos anteriormente- já está em conhecimento dos Senhores Chanceleres e Ministros, dos Secretários de Estado e, por conseguinte, submeto-a à consideração dos senhores.

Se não há observações, considera-se APROVADA. O documento, esclarece-me a Secretaria, é o documento ALADI/CM/X/di 1/Rev. 2, de 29 de outubro de 98. É uma única página e seu texto faz parte da presente ata.

3. Ordem de votação.

Devemos estabelecer, para a eventual votação nominal, a ordem da mesma.

Solicito a cooperação da Secretaria a fim de realizar o sorteio correspondente.

(Realiza-se o sorteio).

Incrivelmente, o primeiro é o Uruguai. É uma simples casualidade; espero que Rosario não me atribua nenhuma intenção.

Hilaridade.

Equador, Paraguai, Bolívia, Argentina, Brasil, Peru, Venezuela, Colômbia, Chile, México.

Por conseguinte, já cumprimos com a determinação da ordem de votação nominal.

A seguir passamos, já entrando no trabalho substantivo, a escutar o relatório do Senhor Presidente do Comitê de Representantes, a quem, com muito prazer, dou a palavra.

4. Relatório do Presidente do Comitê de Representantes.

Delegação da COLÔMBIA (Manuel José Cárdenas). Senhor Presidente do Conselho de Ministros, Senhores Ministros, Senhores Representantes Permanentes junto ao Comitê da Associação, senhoras e senhores, dizia, recentemente, Jeffrey Schott que os últimos 16 anos podem considerar-se como a "idade de ouro" da integração, se levamos em conta os progressos alcançados em diferentes partes do mundo e, particularmente, na América Latina. Durante este período foram revividos, com grande dinamismo, os esforços de integração na América Central, na Comunidade Andina, no Caribe e foi criado o MERCOSUL. Cada um destes grupos gerou com seus vizinhos uma série de acordos bilaterais ou sub-regionais de livre comércio que, de maneira flexível, criaram maiores aproximações entre eles. Dentro dos países-membros da ALADI esta tendência deu origem à existência de duas uniões aduaneiras e 43 acordos preferenciais de comércio.

Este vigoroso impulso aos diferentes convênios de comércio e de integração se origina, como comentava o Excelentíssimo Senhor Presidente Sanguinetti, na globalização da economia e nos princípios de regionalismo aberto. O Tratado de Montevideu 1980 foi precisamente o precursor dos mesmos, antes de que a CEPAL os propusesse no final dessa década. Passar de um modelo fechado de integração para um modelo aberto permitiu que no ano 2005 os países-membros da ALADI tenham liberado 95% do comércio recíproco.

O êxito destas atividades levou, nos últimos cinco anos, a uma nova etapa de "super-regionalismo", que acrescenta dimensões hemisféricas e mundiais ao processo de integração.

Esta situação favorável se apresenta em meio à primeira grande crise financeira internacional do após guerra, que criou certo grau de incertidão e de inquietude sobre o surgimento de novas e velhas restrições comerciais, algumas das quais consideravam-se superadas.

Estas novas realidades da economia mundial representam, simultaneamente, riscos e oportunidades para o processo de integração da região e, particularmente, para a ALADI.

Em primeiro lugar deve ser levado em conta que as negociações regionais são complementos das hemisféricas e das mundiais e não substitutas umas das outras. De

qualquer maneira, devemos ser conscientes de que estas últimas podem reduzir o valor das preferências regionais e que os países da região deveriam, em pontos específicos, fazer valer os êxitos alcançados na integração regional.

Da análise feita pelo Comitê de Representantes se chegou à conclusão de que o Tratado de Montevideu 1980, cuja amplitude e flexibilidade permitiram desenvolver uma ampla gama de acordos, constitui um instrumento válido para continuar progredindo na integração regional, em um âmbito de estabilidade econômica e de livre comércio. Este âmbito permite, por sua vez, compatibilizar o processo de integração com os compromissos internacionais da OMC. Por isso acordou sugerir ao Conselho de Ministros que dê o maior apoio à ALADI, considerando-a como o principal foro de integração da região.

Não se propõe a reforma do Tratado de Montevideu. Embora algumas de suas normas não tenham tido um desenvolvimento pleno, como as que têm a ver com a articulação e com a convergência, parte-se da base de que o Tratado está cumprindo seus propósitos, ao facilitar o desenvolvimento dos acordos parciais e sub-regionais, os quais, como já foi comentado, permitirão liberar o essencial do comércio. Desta forma se considera melhor esperar a evolução das diferentes negociações para determinar mais adiante se são necessários alguns ajustamentos e de que tipo.

Considera-se que os avanços alcançados no processo de integração regional constituem elementos essenciais frente às negociações hemisféricas e a melhor couraça para fazer frente a crise financeira internacional.

Embora se tenha consciência de que a região está bem equipada para fazer frente a esta crise, como se manifestou na Reunião de Cúpula Ibero-Americana na cidade do Porto, é importante que os países desenvolvidos e os organismos financeiros internacionais assumam a liderança que lhes corresponde.

Levando em conta o anteriormente exposto, a ALADI deveria realizar um conjunto de ações que, basicamente, podem concretizar-se em três grandes campos.

Em primeiro lugar, e partindo da base de que nos próximos anos os acordos sub-regionais e bilaterais serão o motor do aprofundamento do processo de integração regional, os países-membros devem dar um mandato à ALADI para que contribua na ampliação e no aprofundamento dos acordos existentes, através de ações de apoio e de acompanhamento. Igualmente, a Associação deve fazer um acompanhamento dos processos de negociação que realizem os países-membros com terceiros países.

Em segundo lugar, a ALADI deve estimular a articulação e convergência dos acordos assinados no âmbito do Tratado de Montevideu e a aprovação de uma normativa comum, de conformidade com as prioridades estabelecidas pelos países-membros, levando em conta suas possibilidades e o amadurecimento dos fatos integradores.

Em terceiro lugar, a ALADI deve fortalecer seus serviços de cooperação e de assistência técnica para promover ações que promovam a integração entre os países-membros além dos aspectos comerciais, que apoiem os países-membros nas negociações de que participem e melhorem a participação empresarial no processo. Para tanto, é fundamental desenvolver um sistema integral de informação que conte com meios eletrônicos modernos de comunicação e de fácil acesso por parte dos usuários.

O Comitê de Representantes analisou em profundidade o sistema de apoio aos países de menor desenvolvimento econômico relativo. Como resultado desta análise se considera

que a assistência técnica deve constituir o eixo central deste sistema. Os demais países-membros da Associação devem negociar com eles projetos que contribuam para sua transformação produtiva e para o desenvolvimento econômico e social. Para ampliar estes esforços bilaterais se considera oportuno recomendar que as agências de cooperação técnica internacional dos demais países-membros da Associação se vinculem ao sistema de apoio da ALADI aos PMDERs, com base em projetos de cooperação técnica horizontal.

Para fortalecer a participação na Associação dos países de menor desenvolvimento econômico relativo é indispensável estudar medidas que permitam um melhor aproveitamento dos acordos assinados por estes países. Neste sentido foi decidido propor que se solicite à Secretaria-Geral que apresente projetos para serem considerados nas instâncias correspondentes.

Igualmente, os países-membros devem comprometer-se a estudar em caráter especial e prioritário, no âmbito dos acordos que correspondam, as demandas que apresentem os países de menor desenvolvimento econômico relativo para o pleno cumprimento dos compromissos assumidos dentro do processo de integração.

O Tratado de Montevideu tem como objetivo fundamental o estabelecimento, de forma gradual, e a longo prazo, de um mercado comum latino-americano. Neste sentido ficou aberto à adesão dos demais países da região. Até o pedido apresentado por Cuba não tinham sido estabelecidos os procedimentos para tramitar os pedidos correspondentes. Por esta razão, o Comitê de Representantes aprovou as Resoluções 239 e 240. Através da primeira foi fixado o procedimento geral para a adesão e na segunda foi criado um grupo de trabalho para que o assessorasse e lhe propusesse as ações que considerasse pertinentes para a adesão deste país.

Como resultado da análise realizada pelo grupo de trabalho submete-se à consideração do Conselho de Ministros um projeto de resolução, onde não somente são estabelecidas as condições para a adesão de Cuba ao Tratado, a qual deve fazer-se sem ressalvas, senão que se classifica este país como de desenvolvimento intermediário e lhe é concedido um prazo de cinco anos para chegar gradualmente à quota com que contribui à Associação este tipo de países. É importante destacar que estas condições de adesão contam com a aceitação do Governo cubano.

Prevê-se que o Tratado entrará em vigor para Cuba trinta dias após o depósito do instrumento de adesão na Chancelaria uruguaia, para o qual foi necessário interpretar juridicamente o artigo 58 do Tratado. Nessa data este país deverá colocar em vigor os compromissos derivados da preferência tarifária regional.

Não está demais manifestar que as relações de Cuba com a ALADI não são novas. Este país vem participando como observador desde 1986, tem assinado acordos de alcance parcial com todos os países-membros e participa de outros acordos de alcance regional e parcial. Sua adesão ao Tratado de Montevideu e sua participação na Associação como membro de pleno direito vem, portanto, consolidar um esforço de aproximação de vários anos, o qual esteve facilitado por ser Cuba membro da Organização Mundial do Comércio.

Senhores Ministros, a agenda econômica internacional da América Latina apresenta vários cenários, dentro dos quais a integração regional tem prioridade. É importante, portanto, decidir como serão coordenados estes esforços, particularmente no que tem a ver com âmbitos da negociação, com mecanismos e com as instituições. Além disso, em todas

estas negociaciones debe ser levado en cuenta o fator tempo para dar sentido de oportunidad a las mismas.

Para pôr em sintonia a ALADI com as orientações e necessidades dos países-membros nesta matéria considerou-se conveniente tornar mais freqüentes as reuniões entre o Comitê de Representantes e os funcionários responsáveis pela integração nos países-membros. Neste sentido, sugere-se ao Conselho de Ministros convocar uma reunião no primeiro semestre de 1999.

Senhores Ministros, a ALADI tem um conhecido lugar no cenário internacional, cujas actividades é conveniente aperfeiçoar e fortalecer. As proposta que hoje apresenta para sua consideração o Comitê de Representantes constituem um âmbito flexível que procura actualizar o trabalho da Associação para que possa apoiar eficazmente os esforços de integración dos países-membros. Muito obrigado.

- Aplausos.

PRESIDENTE. Agradecemos ao Senhor Presidente do Comitê de Representantes seu relatório e, a seguir, tem a palavra o Senhor Secretário-Geral da ALADI para apresentar seu relatório.

5. Relatório do Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL (Antonio J.C. Antunes). Señor Presidente de la Décima Reunión del Consejo de Ministros, Dr. Didier Operti, Sres. Ministros, miembros del Consejo, Sres. Delegados, Señores Secretarios Generales Adjuntos, Señores Representantes de Países y Organismos Observadores, Señores Funcionarios de la Secretaría General: Esta será probablemente la última reunión del Consejo de Ministros en la que participaré como Secretario General de esta Asociación.

En el próximo mes de marzo dejaré la ALADI, habiendo concluido un período de nueve años en los que me desempeñé, primero, como Secretario General Adjunto, en el trienio 90-92, y, posteriormente, como Secretario General del órgano técnico de esta Casa de la Integración, completando dos mandatos sucesivos a partir de 1993.

Señores Ministros: Se puede decir que en esta década llegó la hora y el momento de América Latina, tal como se expone en el documento "ALADI: los hechos de los 90 y el futuro de la Integración", que se publica en ocasión de esta Décima Reunión del Consejo de Ministros como memoria de mi gestión al frente de esta Secretaría General.

En la lógica de la realidad, dejando de lado teorías, doctrinas y consensos, que hoy fracasan, en el entendimiento y en la solución de nuestros problemas, aquí, en esta Asociación se puede dar continuidad a la creación y desarrollo de los nuevos espacios económicos, políticos y culturales que se están configurando en la integración entre nuestros países en esta década, si hacia ellos se dirigen nuestros esfuerzos, aprovechando la tendencia objetiva de aplicación de recursos productivos del capitalismo mundial en nuestra región.

Resulta paradójico que justamente cuando llega nuestra hora y nuestro momento surjan las amenazas de la falta de credibilidad que se fundamentan más en señales

emitidas por otras regiones e ignoran nuestras potencialidades y nuestros hechos de integración y desarrollo, que nos ponen en un lugar privilegiado en la expansión del capitalismo productivo mundial.

Constituimos una asociación de países que se destaca positivamente en términos de paz, de democracia y de gobernabilidad. Nos destacamos por presentar una relativa tolerancia racial y llegamos a ostentar un mestizaje étnico y cultural creativo, que puede proyectarnos como contribuyentes hacia una nueva y más auténtica civilización.

También nos destacamos por nuestras potencialidades agrícolas, minerales y energéticas, que superan ampliamente las proyecciones de las necesidades futuras de nuestra población, convirtiéndonos –por muchas décadas más- en una fuente segura de abastecimiento mundial. Nos sobran, aun, las inmensas ventajas que poseemos por la extensión de nuestros territorios, de nuestras aguas interiores, de nuestra biodiversidad, de nuestros mares, de nuestras atracciones turísticas, culturales y ecológicas y, más que nada, por el arte, creatividad, inteligencia, conocimientos y capacidad de trabajo de nuestra gente.

Esas potencialidades, que antes estaban adormecidas y separadas, ahora se están combinando y movilizando en la vida real, en el proceso productivo, en la convivencia de nuestras sociedades, en el quehacer diario de nuestros procesos políticos, en las relaciones crecientes entre nuestros países. Nuestros países, que estaban bastante aislados entre sí, ahora comenzaron a darse las manos, mediante hechos integradores. La integración pasó a ser razón de Estado. Se vive un nuevo ciclo de desarrollo con integración y de integración con desarrollo.

Está en crecimiento una red de acuerdos de última generación. Ya están vigentes dos uniones aduaneras y nueve acuerdos de libre comercio, habiendo ya llegado algunos de ellos a la liberación total del comercio de bienes. Los demás llegarán a la misma situación cerca del año 2007, debido a cronogramas preestablecidos de reducción de impuestos de importación. Todos esos acuerdos contienen compromisos en otros temas, constituyéndose, por lo tanto, en verdaderos acuerdos de complementación económica y de cooperación. Van más allá de simples zonas de libre comercio.

Intimamente ligados a esos acuerdos, existen otros hechos integradores en franco progreso, tales como:

- i) la creación de un mercado intrarregional dinámico con creciente importancia estratégica para los países miembros;
- ii) la proliferación de proyectos de conexión entre los sistemas nacionales de energía, transporte y comunicaciones, de explotación de recursos naturales, complementarios o compartidos;
- iii) la multiplicación de iniciativas de los empresarios y demás segmentos de la ciudadanía, estableciendo una trama de relaciones de carácter no gubernamental entre los países miembros; y
- iv) una interacción progresiva entre iniciativas gubernamentales, por una parte, y la intensificación de las relaciones económicas concretas entre los países miembros, por otra, lo que está propiciando un creciente entendimiento, antes impensable,

entre los responsables gubernamentales en los varios niveles de la Administración de diferentes países.

Como consecuencia de esos hechos se asiste a una verdadera creación de nuevos espacios económicos con fuertes connotaciones políticas y culturales, compuestos por países pertenecientes a diferentes acuerdos, como en el caso que se está configurando entre Bolivia, Chile y MERCOSUR, ampliando el poder de negociación de nuestros países.

El proceso de integración presenta un dinamismo propio, pautado por los compromisos de liberación automática de comercio de esos acuerdos de última generación. El cronograma de los actuales Acuerdos de Alcance Parcial permite concluir que los ítem arancelarios que actualmente representan el 94% del comercio intrarregional estarán completamente desgravados en el año 2005. El término de las negociaciones entre la Comunidad Andina y el MERCOSUR representaría un cronograma parecido al de los acuerdos vigentes, solamente llevado unos pocos años adelante, completando un escenario seguro de libre comercio en América del Sur y en las relaciones de México con casi todos los demás países de la ALADI.

La economía internacional presenta señales preocupantes. El futuro de los flujos de inversiones es difícil de prever. Sin embargo, la posibilidad de una crisis más o menos profunda tiene claras diferencias con la verificada en los años 80. Actualmente la mayoría de los países de la región presenta una situación macroeconómica más saludable; USA y Europa no están en recesión. Además, muchos intereses económicos están presionando a los países desarrollados para que asuman responsablemente su liderazgo a fin de evitar una posible crisis mayor en la región. Las empresas multinacionales aquí actuantes perciben que llegó la hora y el momento de América Latina como un nuevo y privilegiado espacio económico de expansión del capitalismo mundial.

La profundización del proceso de integración es posible y puede ser un instrumento para limitar las consecuencias de la crisis actual, siempre que se consiga mantener la estabilidad macroeconómica de nuestros países y se mantengan o se aceleren los cronogramas de desgravación y los demás hechos integradores. En esas condiciones la disminución que se verificaría en las tasas de crecimiento del producto y del comercio de nuestros países sería menor que la disminución de las tasas de crecimiento del Producto Bruto Interno y del Comercio mundiales.

La viabilidad de esta estrategia se fundamentaría en aspectos subyacentes a los hechos integradores antes señalados. Las empresas presentes en nuestras economías están en franco proceso de reconversión hacia una competitividad internacional; los países continúan sus programas de reajustes estructurales; existen perspectivas de inversiones para desarrollar servicios de todo tipo, para ampliar, conectar y modernizar las redes de transportes, comunicaciones y energía para explotar recursos naturales. Junto con la modernización de los centros urbanos e industriales se registra una interiorización del desarrollo, incluso por la expansión de la frontera agrícola, incorporándose nuevas macroregiones, que cubren varios países.

En ese contexto, Señores Ministros, urge el éxito de las negociaciones en curso, particularmente de la Comunidad Andina con el MERCOSUR, así como la preservación y la profundización de los acuerdos vigentes.

Señores Ministros, tuve la suerte de vivir la década de logros de la ALADI. La orientación fundamental de nuestra gestión fue considerar a la Secretaría como una empresa de servicio para atender, de la forma más fiel posible, las necesidades y voluntades políticas de los países miembros en esta dinámica etapa de la integración.

Esta Secretaría viene ejerciendo su competencia de propuesta establecida en TM80, en apoyo a los avances de la integración, teniendo siempre en cuenta las necesidades de la negociación y de la administración de acuerdos y la voluntad política de nuestros países. En este sentido, cumplimos fielmente los mandatos emanados del Consejo de Ministros y del Comité de Representantes, como también permanentemente escuchamos y auscultamos tales necesidades y voluntad política junto a los representantes, autoridades de diferentes niveles de gobierno y agentes económicos y sociales involucrados en el proceso de integración de los países miembros, con vistas a presentar propuestas de avances precisos y viables.

Desde el comienzo de nuestra gestión la Secretaría viene mejorando su capacidad de seguimiento, análisis y prospección del proceso de integración, mediante el perfeccionamiento de su capacidad de realizar estudios y de reunir y suministrar informaciones, teniendo siempre en cuenta el carácter dinámico del proceso de integración de los países de la ALADI, así como la amplitud y diversidad de los temas y sectores tratados.

En tal sentido, cumplimos cabalmente la Resolución 47 (IX) del Consejo de Ministros y la Resolución 215 del Comité de Representantes, haciendo las reformas estructurales encomendadas y tomando las medidas administrativas necesarias para mejorar la eficiencia de su personal. Se instalaron los equipos necesarios y se adoptaron las modernas técnicas informatizadas, de gestión propia y de apoyo técnico a los países miembros. Fue mejorado el perfil profesional de sus funcionarios y se realiza un permanente programa de capacitación de sus recursos humanos.

Desde 1993 esta Secretaría viene dando una creciente atención al seguimiento del conjunto de los Acuerdos de Alcance Parcial y de los demás hechos integradores con la finalidad de identificar las posibilidades de articulación y convergencia entre esos hechos y las perspectivas de continuidad de la dinámica de los procesos de integración de los países miembros en el contexto de las tendencias de la economía mundial y de las negociaciones internacionales.

Con esos mismos objetivos la Secretaría está desarrollando numerosos estudios sobre el comercio entre los países de la ALADI y de ellos con Canadá, USA, Europa y Japón, y varios trabajos analizando permanentemente las posibilidades de profundización y articulación de los acuerdos de nueva generación en lo que se refiere a su programa de liberación y sus normas de comercio.

Realizamos un permanente análisis de la incidencia en el proceso de integración de la ALADI de las negociaciones de nuestros países en los ámbitos multilateral (OMC), hemisférico (ALCA) y otros (Unión Europea, ASEAN, APEC, etc.), habiendo participado activamente en el Grupo de Trabajo del ALCA, sobre Procedimientos Aduaneros y Normas de Origen, y asistido a algunas de las reuniones de los Grupos de Trabajo sobre solución de controversias y sobre medidas sanitarias y fitosanitarias.

La Secretaría está brindando apoyo técnico en el desarrollo de prácticamente todos los acuerdos de nueva generación durante el corto período de elaboración de los textos operativos de los acuerdos, que sucede a sus firmas, y en su administración y perfeccionamiento.

No podría omitir el hecho de que, siempre teniendo en cuenta las prioridades de los países miembros, la Secretaría está presentando, reiteradamente, estudios y propuestas para desarrollar el Marco Normativo Común y para el tratamiento de nuevos temas en la Asociación, que forman parte de la agenda de la OMC y de algunos Acuerdos de Alcance Parcial.

Las iniciativas de integración sectorial de los países miembros también están siendo apoyadas por la Secretaría. Somos secretaria técnica de la Conferencia de Ministros de Transportes y Obras Públicas de América del Sur, de la Comisión de Turismo de América del Sur, cooperamos con la Comisión Intergubernamental de la Hidrovía Paraguay-Paraná y actuamos directamente en la administración y perfeccionamiento de los Acuerdos de Intercambio de Bienes Culturales, de Cooperación Científica y Tecnológica, de Expansión del Comercio de Semillas y del Acuerdo Marco para la Superación de los Obstáculos Técnicos al Comercio.

Incluso en el campo del apoyo a las iniciativas sectoriales cabe registrar la realización desde 1993 de más de un centenar de reuniones de trabajo, seminarios y ruedas de negocios y la celebración de más de 40 convenios de cooperación con instituciones gubernamentales y privadas, como la creación del Consejo Asesor de Asuntos Aduaneros por el Comité de Representantes, por propuesta de la Secretaría en este año.

También esta Secretaría solicitó su incorporación como Observador en los Comités de Obstáculos Técnicos al Comercio y de Acuerdos Comerciales regionales de la OMC, con la finalidad específica de consolidar un canal fluido de información con este organismo multilateral.

Con los países y organismos observadores, cumpliendo un mandato del Comité de Representantes, esta Secretaría General está desarrollando diversos programas de cooperación técnica en distintas áreas.

En el ejercicio de sus competencias, la Secretaría puso énfasis en el programa de apoyo a los países de menor desarrollo económico relativo, orientando sus actividades hacia la promoción de la capacidad exportadora y de infraestructura de comercialización de los mismos, cumpliendo incluso su parte en los mandatos de la Resolución 48 (IX) del Consejo de Ministros. Entre esas actividades se puede contar con la cooperación de varios países miembros.

Los Bancos Centrales de los países miembros y de la República Dominicana están perfeccionando permanentemente el Convenio de Pagos y Créditos Recíprocos, contando con el soporte administrativo y técnico de esta Secretaría. La reforma de octubre este año actualizó el Convenio, de acuerdo con las realidades financieras actuales y le dio mayor capacidad de utilización justamente en este momento en que eventuales crisis financieras confirman la importancia de contar con este instrumento que facilita el comercio entre nuestros países.

La Secretaría está perfeccionando permanentemente el Sistema de Información de la Asociación para atender las necesidades de los países miembros, las demandas para la realización de estudios por la propia Secretaría y para estimular los negocios entre

empresarios de nuestros diferentes países. Los equipos y métodos de tratamiento de información han sido constantemente actualizados y la base de datos fue ampliada para incorporar nuevos módulos, necesarios para las negociaciones gubernamentales. También hubo notable avance en la actualización y en la calidad de los datos que alimentan el Sistema, gracias a la cooperación con los organismos de los países miembros responsables.

Cabe, incluso, destacar la página de la ALADI en Internet, los convenios con varias instituciones para el suministro de información a los empresarios y la política de publicaciones con la Revista Estadística y Comercio, publicada trimestralmente, el informativo mensual Noticias ALADI, las conexiones con todos los medios noticiosos de la región, los frecuentes encuentros con todas las agencias de noticias y la emisión sistemática de comunicados de prensa.

Señores Ministros, me siento realizado como profesional y como ciudadano por el deber cumplido, por haber dado mi modesto aporte en la construcción de este nuevo espacio que estamos forjando.

Reconozco con alegría que supe dar continuidad al trabajo de las administraciones que me precedieron y que solamente supe ser el director de esta orquesta afinada, constituida por un personal extraordinariamente dedicado y capaz, siguiendo con lealtad y determinación los mandatos emanados de los órganos políticos de esta Casa.

Les deseo pleno éxito en esta reunión. Deseo también que encuentren los caminos para superar las dificultades de las negociaciones en curso, para profundizar el proceso de integración.

Debo agradecerles, en mi nombre y en el de mis dos Secretarios Generales Adjuntos, la extraordinaria confianza de todos los países miembros de esta Asociación al elegirnos y reelegirnos, por unanimidad, y al tener siempre hacia nosotros gestos y expresiones de apoyo y reconocimiento por el trabajo que desarrollamos aquí, en esta Casa de la Integración.

- Aplausos.

PRESIDENTE. Agradecemos ao Secretário-Geral seu pormenorizado relatório e neste instante declaramos encerrada nossa primeira sessão plenária. Faremos um brevíssimo intervalo de dez minutos para voltar a esta sala em regime de sessão privada, da qual participarão os Senhores Chanceleres, os Senhores Secretários de Estado e os membros das Delegações. Creio que isto já está previsto, sem presença de imprensa nem de Observadores. Portanto, convocaria os senhores em poucos minutos para encontrar-nos novamente em sessão privada e considerar os temas que os Senhores Ministros considerem pertinentes, sem prejuízo de adiantar comentários que tenham a ver também com os temas que constam na agenda. Agradeço os senhores pela atenção dispensada.

Encerra-se a sessão.
